

# Sobre nossa fundação

Thiago P. Majolo

Resenha de Noemi Moritz Kon, Cristina Curi Abud, Maria Lúcia da Silva (orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, São Paulo, Perspectiva, 2017, 304 p.

152

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Desde sua criação, a psicanálise vem se configurando como um campo capaz de questionar os saberes instituídos e ampliar a escuta do sofrimento humano. Essa mesma lógica, de colocar questões àquilo que foi consolidado, é o que vem fazer o livro *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*.

O racismo contra negros, particularmente no Brasil, tem se articulado silenciosamente no nosso modo de pensar, falar e agir, e mesmo que o encontremos onde quer que estejamos, nas esferas imaginárias, simbólicas ou reais, existem poucos lugares de fala, palavras abertas e uma escuta viva e ativa para tratar do tema. Para a psicanálise brasileira a perpetuação desse não dito revela seu comprometimento histórico com o silêncio, o que esta publicação vem combater, buscando referenciais diversos para refletir sobre o tema. O livro deixa claro desde seu título: mesmo que a psicanálise tenha muito a contribuir sobre o tema – e contribui nos artigos da publicação –, ela tem mais a escutar e, escutando, ampliar sua teoria, sua prática clínica e sua face política. O conjunto dos artigos surge de diferentes campos do conhecimento, articulado por antropólogos, historiadores, escritores, fotógrafos, cineastas, jornalistas, psicólogos, militantes e, também, psicanalistas.

A reunião dessas diversas perspectivas do pensar vem contribuir para que possamos interrogar o instituído, transformá-lo e, como consequência, caminhar na construção de uma psicanálise brasileira, aderente ao seu contexto e às suas marcas e renovada no seu saber e na sua prática.

Posto isso, o livro me parece, desde seu recente nascimento, uma referência essencial na formação de psicanalistas no Brasil. O que o racismo contra negros diz de nós, da história de nossa nação, da história de nossos sujeitos? O que seria o racismo à brasileira, esse modo particular de recusar, excluir, violentar, deixar invisível e, portanto, inviabilizar projetos de vida e formas de existência da maior parte de nossa população? Com uma erudição pulsante como o vermelho estampado na capa, os autores vão buscar algumas dessas respostas no decorrer dos quatro capítulos: “Negritude em Cena”, “Cor e Inconsciente”, “Desdobramentos” e “Vivências do Racismo à Brasileira: cenas do cotidiano”.

Ao abrir o primeiro artigo, encontramos uma frase de uma simplicidade penetrante do antropólogo Kabengele Munanga, em “As ambiguidades do racismo à brasileira”. “O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. No entanto, há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo” (p. 33). Essa abordagem panorâmica da primeira frase recai sobre a segunda sentença de modo devastador, trazendo à tona duas formas de encarar (ou não encarar) o racismo: sua negação consciente e sua recusa inconsciente: de um lado, preferir não ver e, do outro, tampouco enxergar.

Pois é essa a essência do racismo à brasileira: uma violência da qual não se fala. Apresenta-se em manifestações de ódio que tendemos a esconder atrás do mito da democracia racial, acabamos por apagá-las nas análises socioeconômicas sobre a condição dos negros e as diluímos na cultura dos ditos populares e provérbios da língua, naturalizando-as nos hábitos individuais e nos costumes coletivos. Não enxergamos o racismo e, quando o

enxergamos, preferimos disfarçar, sob a ameaça de desmoronamento de um certo imaginário nacional. Mas, afinal, que imaginário seria esse?

O artigo “A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira”, da psicanalista Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi, lembra-nos de que aquilo que elegemos como “estrangeiro” nos ajuda a “reforçar a reunião entre os pares” (p. 60). Ao definirmos um outro, exótico a nós, não pertencente, estamos afinal buscando definir nossos próprios contornos, escolher aquilo que acreditamos caber dentro de nós e aquilo que projetamos para fora por não sermos capazes de acolher e admitir como nosso. São os “estrangeiros” que promovem uma sobrecarga de investimento identitário à nossa própria imagem, individual e coletiva. Imagem essa sempre idealizada. Para isso, empreendemos numa luta contra tudo o que acreditamos ser uma espécie de inimigo, potencialmente destruidor da imagem e dos contornos que criamos para nos definir.

Pensemos então no Brasil, invadido à época da colonização por levas de portugueses. Uma característica desses primeiros colonos era que se tratavam, em grande parte, de exilados, perseguidos, fracassados ou não tão bem acomodados em Portugal. Algo desta primeira leva de colonos resiste no nosso imaginário coletivo. Suas figuras não representam um ideal, um mito de nascimento, uma ideologia, como no caso norte-americano, por exemplo. Não à toa, tendemos a ridicularizar ainda os portugueses, negando-lhes uma existência complexa ao identificá-los com o traço jocoso do homem cartesiano, muitas vezes pouco dotados de capacidades intelectuais.

Em diversos momentos do livro encontramos a ideia do branco europeu como ideal a viver em nossa mentalidade brasileira. Esse seria um dos muitos fatores que operam para sustentar o racismo. A busca por esse ideal repudiaria

o negro, o índio e todo o “estrangeiro”, ou todo aquele inquietante que nos habita e que tentamos projetar para fora. Mas se esse ideal não nos parece assim tão idealizado (ao menos na figura dos portugueses colonizadores); qual seria o corpo imaginário, o tecido coletivo, da história da nossa nação? E qual o lugar do negro nesse corpo? Resulta daí uma forma nacional não realizada, espécie de (não) existência que se define pelo não ser: nem eu, muito menos o outro.

Temos “preconceito de ter preconceito” (p. 91), como sentenciar a antropóloga Lília Moritz Schwarcz, no artigo “Raça, cor e linguagem”. Podemos pensar que ter preconceito de ter preconceito se articula pela não conciliação com nossa história de escravidão e do racismo ainda vigente, ao mesmo tempo que mobiliza um ideal que nos habita, o de que já deveríamos todos nos encontrar harmoniosos com a ideia da democracia racial. Reconhecer-se preconceituoso é estar apartado da construção de um mito nacional, um outro tipo de exclusão que estigmatiza indivíduos e coletivo, e encerra o debate. O racismo não pode ser pensado, e o imaginário nacional não pode vir animado por construções históricas ainda a serem feitas. O que nos resta é um mito, algo inanimado, uma espécie de tragédia levada a cabo, perpetuada e naturalizada.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*<sup>1</sup>, diz que somos desterrados em nossa própria terra, que os colonizadores que aqui chegaram estavam mais ocupados com a sobrevivência e, mais tarde, com a exploração. Nossas terras serviam aos sonhos europeus; não se criou um conhecimento da fauna, da flora, das culturas, tampouco um planejamento a longo prazo, um ideal civilizatório. Nunca nos conciliamos com a terra que habitamos. E assim seguimos, sobrevivendo e nos apropriando de mitos exógenos.

Essa não conciliação com as histórias que nos formam, com nossas identificações, com os objetos de amor e ódio e seus sedimentos constituintes, não apenas nos impede de reconhecer nossos conflitos – deixando-os apartados da consciência –, como também nos incute certa paranoia

1 S.B. de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**Thiago P. Majolo** é psicanalista e mestre em História Social pela USP, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro da comissão de Debates da Revista *Percurso*.

típica de quem sabe, e não quer saber, vivendo sempre vigiando as sombras que tenta ignorar. Esse medo nos fez comprar o discurso científico que tentava (e tenta) apagar as sombras, as nuances. Desse modo teríamos a ilusão de que, clareando (ou branqueando) tudo e todos, estaríamos a salvo dos medos que nos perseguem paranoicamente.

Segundo Schwarcz, no artigo mencionado, desde que a ciência ganhou o estatuto de verdade no mundo, e com ela o projeto cientificista acerca das raças, naturalizou-se uma busca por um igualitarismo universalizante entre os homens, um modelo que exclui feições, culturas e cosmovisões diferentes das do branco europeu. Terras como o Brasil receberam o rótulo de enigma exótico do Novo Mundo, habitado por seres incivilizados e em fase inferior de desenvolvimento.

Esse corpo nacional mal-ajambrado e frágil tende a projetar tudo o que não quer reconhecer dentro de si nos seus “estrangeiros”, um depósito daquilo com o qual não nos conciliamos. O escritor Luiz Silva Cuti, no seu artigo “Quem tem medo da palavra negro”, denuncia essa hipocrisia, ou esse desmentido, sobre a história brasileira e seu legado atual, dizendo que a eleição de depósitos de nosso ódio, somada à negação dessa mesma violência, gera paranoia e, conseqüentemente, mais violência. Ele escreve: “Quem discrimina há de ficar desconfiado de que vingança está a caminho, mesmo que a água do lago esteja parada” (p. 201). Na cidade de São Paulo de meados do século XIX, uma das grandes queixas de moradores à polícia era a de terem avistado negros amolando facas de “um modo suspeito”.

Por outro lado, Cuti escreve também: “o branco daqui está doentamente identificado, pois só se identifica consigo” (p. 211), apontando que enquanto o nosso ideal de nação parece cangaço, mal acomodado nessas terras, há em curso entre nossos viventes um outro projeto de construção da própria imagem e de idealização; um pacto secreto de sobrevivência que criou e recria dia a dia uma realidade na qual ser branco, por aqui, é unicamente o que permite acesso à

cultura e pertencimento às instituições de poder. Como escreve a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, no artigo “Cor e Inconsciente”, “o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: a cultura, a civilização, a própria *humanidade*” (p. 124). Essa autora então se pergunta como seria possível alguém se tornar sujeito tendo como ideal o corpo alheio, no caso, o corpo branco. Ou seja, como viver no outro, de corpo emprestado? Essa pergunta também se apresenta em outros artigos do livro, como no “Buscando Baobás na aridez do asfalto: instaurando origens”, da psicanalista Miriam Chnaiderman, ou no texto “O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social”, da psicanalista Tânia Corghi Veríssimo. Se o corpo branco ocupa o lugar de ideal, como vir a ser sujeito sendo negro? Como formar um Eu num corpo de outrem?

Encontramos aí uma menos valia do corpo negro, uma atribuição de valor recalçada sobre a negritude. E, em paralelo, a evidente recusa do corpo negro no laço social e no tecido coletivo que tecemos. Recusa essa que se manifesta novamente na hipocrisia de deslegitimar os conflitos, dá-los por vencidos e superados sob o mito da democracia racial, ou sob signos violentos e, ainda assim, naturalizados, como nomear um restaurante de *Senzala*, como aponta Veríssimo.

Há também, de fato, um recalque da *brandidão*, e de tudo aquilo que se naturalizou como *a humanidade*. A psicanálise é, nesse sentido, testemunha e promotora desse fenômeno. Ninguém diz “recebi um analisante branco”. Já um analisante negro, por exemplo, recebe esse estigma que o define e reduz a um único traço superexposto, como define o psicólogo José Moura Gonçalves Filho, em “Dominação racista: o passado presente”. Se, por um lado, não dizemos “analisante branco” porque o branco seria o “natural”, por outro, ao dizer “analisante negro” é como se já soubéssemos tudo daquela pessoa. Nossa linguagem diz muito de um racismo articulado no e pelo silêncio.

Haveria ainda muito a se dizer das questões que o livro coloca à psicanálise e à sociedade. Mas,

em se falando de reconciliação com a história, cabe aqui mencionar uma passagem da história tão peculiar e nada harmoniosa deste livro, contada na abertura pela psicanalista Noemi Moritz Kon, organizadora da publicação juntamente com Maria Lúcia da Silva e Cristiane Curi Abud. A primeira faísca, que engendrou todo um movimento de debate, foi um ato de preconceito, uma fala proferida em uma turma do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma, do Instituto Sedes Sapientiae. Na época, a fala foi sublinhada por Maria Lúcia da Silva, aluna do curso e há muito militante do movimento negro, como uma frase racista. Vale dizer que Maria Lúcia era a única aluna negra daquela e da maioria das turmas do Instituto Sedes Sapientiae. Desse acontecimento falo por experiência: eu era parte dessa turma. Assim como não me lembro do momento exato em que a frase foi proferida, também não me dera conta do racismo, igualmente naturalizado em mim. Lembro, como conta Kon em seu texto, da mobilização, do decorrer do curso, para se falar, discutir e refletir abertamente o tema, forçando a teoria psicanalítica a trabalhar.

Mais tarde, por sugestão da própria Maria Lúcia, e com o empenho importante e fecundo de uma comissão organizadora, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae promoveu, em 2012, um evento homônimo ao evento desse ano, que deu ensejo a esta publicação. O fato de uma denúncia de racismo ser ouvida, ou seja, não recusada e tampouco aplacada, e posteriormente transformada em tantas vozes opostas à discriminação racial, é digno de nota. Esse trajeto árduo do silêncio à palavra, passando pelo pensamento, está belamente expresso por Maria Lúcia da Silva, em seu artigo “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”, “foi percorrendo, sem pressa, o caminho que vai do coração à razão” (p. 74).

Assim, também tocado no coração e conduzido à razão, volto ao início, para buscar construir uma reflexão após a leitura de uma publicação tão fundamental. Logo no prefácio, a jornalista Rosane Borges cita uma frase do psicanalista

Christian Dunker, que diz que a psicanálise no Brasil surge junto com as primeiras grandes narrativas sobre o país, e que, portanto, ela não seria uma solução, mas nosso sintoma. Tendo a discordar da afirmação. Primeiro, porque há tantas outras narrativas sobre nós além daquelas de pensadores a que ele se refere, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e outros. São narrativas de pessoas e grupos cujas histórias não foram formalizadas ainda, que se mantêm principalmente nas tradições orais ou em escritos marginais. São as narrativas de grupos excluídos, como parte significativa de negros e indígenas, por exemplo. Elas também constituem nosso corpo imaginário, carregadas nas tradições orais e manifestadas às margens das instituições oficiais.

Em segundo lugar, porque mesmo compreendendo o sentido de “sintoma” especulado por Dunker sobre o lugar da psicanálise em nosso imaginário – um compromisso entre as pulsões e as defesas, apresentado no pensar sobre si –, não creio que a psicanálise haveria de ser uma solução, mas, antes, uma interrogação. E interrogar diante de um silêncio instituído abre caminho para uma espécie de contrainvestimento consciente a esse nosso imaginário coletivo que nega e recusa o conflito, um aporte de atos e palavras para que possamos nos desidentificar daquilo que age à revelia do nosso pensamento ou a favor dos nossos medos históricos, que sustentam um corpo social perverso.

A psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco diz reiteradamente que o Brasil é o país do futuro da psicanálise. Mas há de se cansar de ser sempre o país do futuro, esse ser que nunca é efetivamente, a terra prometida, o enigma exótico, o Novo Mundo... Somos o que somos e o que fomos, e precisamos urgentemente lidar com essa história e esse passado ainda presente, sem ilusão, sem nos eludir, sem protelar. Esse livro faz isso. Ao caminhar nessa direção, estaremos longe de comprar a ideia de uma sociedade monolítica, ao contrário, mais perto de reconhecermos nossa história para dela fazermos uma herança possível.

Talvez possamos criar pontos de vista singulares, inclusivos, participativos e diversos. A psicanálise, nos consultórios e porta afora, pode contribuir muito para que os sujeitos e o coletivo consigam alcançar uma perspectiva própria e brasileira na sua prática e na sua teoria. Ou como melhor dito

por Maria Lúcia da Silva: “É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades” (p. 87).